



Município de Santa Cruz do Sul

DECRETO Nº 7.586, DE 27 DE OUTUBRO DE 2008.

Estabelece normas para a aprovação de desdobramentos de terrenos com áreas remanescentes superiores a 15.000m² (quinze mil metros quadrados) e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO SUL, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo inciso VIII, do artigo 61, da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO as disposições da Lei de loteamento (Lei nº 1.659, de 14 de dezembro de 1977), com suas alterações posteriores em vigor;

CONSIDERANDO a necessidade de se estabelecer normas para a aprovação de desdobramentos de terrenos com áreas remanescentes superiores a 15.000m² (quinze mil metros quadrados);

CONSIDERANDO que os desdobramentos não poderão alterar e/ou ampliar o sistema viário existente,

DECRETA:

Art. 1º Em áreas urbanas superiores a 15.000,00 m² (quinze mil metros quadrados), poderá ser dispensada a doação de área verde e/ou área para equipamentos urbanos ao Município, na aprovação de desdobramentos de terrenos em que todas as áreas remanescentes forem superiores à 15.000m² (quinze mil metros quadrados), com sistema viário existente em todas as áreas, já dotadas de infra-estrutura completa (rede de água potável, rede de energia elétrica, iluminação pública, rede de esgoto pluvial e pavimentação de acordo com o art.16, da Lei nº 1.659).

Parágrafo único. Quando for dispensada a doação da área verde e/ou área para equipamentos urbanos ao Município, esta deverá ser exigida nos futuros desdobramentos.

Art. 2º Em áreas urbanas superiores a 15.000,00 m² (quinze mil metros quadrados) igualmente poderá ser dispensada a doação de área verde e/ou área para equipamentos urbanos ao Município, na aprovação de desdobramento de um lote com no máximo 1.000,00m² (um mil metros quadrados), desde que a área remanescentes seja superior à 15.000,00m² (quinze mil metros quadrados), com sistema viário existente, já dotado de infra-estrutura completa (rede de água potável, rede de energia elétrica, iluminação pública, rede de esgoto pluvial e pavimentação de acordo com o art.16, da Lei nº 1.659), devendo constar na aprovação a obrigatoriedade de averbar na matrícula da área remanescente, junto ao Cartório de Registro de Imóveis, que a área verde e/ou área para equipamentos comunitários deverá ser doada ao Município em decorrência do próximo desdobramento, sobre a área total da matrícula original, conforme faculta o artigo 246, da Lei nº 6.015/73.



Município de Santa Cruz do Sul

Art. 3º Para obter a aprovação do desdobramento, o proprietário deverá apresentar junto à Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação, requerimento acompanhado de planta planimétrica assinada pelo proprietário e o responsável, ART e matrícula atualizada do Cartório de Registro de Imóveis.

Art. 4º Considera-se metragem quadrada, aquela constante na matrícula do Registro de Imóveis, para efeito do presente Decreto.

Art. 5º O desdobramento somente será aprovado se receber parecer ambiental favorável da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Saneamento.

Art. 6º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Cruz do Sul, 27 de outubro de 2008.


HELENA HERMANY
Prefeita Municipal

Registre-se, publique-se e cumpra-se


CARLOS ALBERTO HAAS
Secretário Municipal de Administração